



CRF SP
CONSELHO REGIONAL
DE FARMÁCIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO



FARMÁCIA HOSPITALAR

2ª EDIÇÃO



CRF SP
CONSELHO REGIONAL
DE FARMÁCIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Expediente

Publicação do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – Julho/2009.

■ DIRETORIA

Raquel Rizzi
presidente

Marcelo Polacow Bisson
vice-presidente

Pedro Eduardo Menegasso
diretor-tesoureiro

Margarete Akemi Kishi_R
secretária-geral

■ REDAÇÃO

Comissão Assessora de Farmácia
Hospitalar do CRF-SP

■ COMISSÃO ASSESSORA DE FARMÁCIA HOSPITALAR

José Ferreira Marcos
coordenador

Gustavo Alves Andrade dos Santos
Carlos Eduardo Morales
vice-coordenadores

■ REVISADO POR:

Christine Grützmänn Faustino
Suzana Zaba Walczak

■ REVISÃO ORTOGRÁFICA:

Allan Araújo

-
- **DIAGRAMAÇÃO:** Célia Rosa
 - **IMPRESSÃO:** Art Printer Gráfica Ltda.

- **TIRAGEM:** 3.000 exemplares

APRESENTAÇÃO

“O farmacêutico é o profissional que melhores condições reúne para orientar o paciente sobre o uso correto dos medicamentos, esclarecendo dúvidas e favorecendo a adesão e sucesso do tratamento prescrito”.

Rech, 1996; Carlini, 1996

A Comissão Assessora de Farmácia Hospitalar do CRF-SP busca, por meio desta cartilha, apresentar a amplitude de atividades que podem ser desenvolvidas pelo farmacêutico dentro de um hospital. Objetiva nos apresentar aos colegas que chegam, ou aos já atuantes, quão importante é a atitude de exercer com domínio, perseverança e conhecimento sua profissão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
I. DEFINIÇÃO	8
I.a. Farmácia Hospitalar	8
I.b. Farmacêutico Hospitalar	8
I.c. Regulamentação	8
 II. O PROFISSIONAL (Perfil e Atribuições)	 9
Perfil do Farmacêutico Hospitalar	9
Assistência Farmacêutica	10
Atenção Farmacêutica	10
Atribuições	11
a) Planejamento, aquisição, armazenamento, distribuição e descarte de medicamentos e materiais médico-hospitalares	11
b) Manipulação de fórmulas magistrais e oficinais	11
c) Produção de medicamentos	11
d) Programa de capacitação e ensino	12

e) Gerenciamento de resíduos	12
f) Pesquisa clínica	12
g) Farmácia clínica.....	12
h) Farmacovigilância.....	13
i) Tecnovigilância.....	13
j) Farmacoeconomia	13
k) Participação nas Comissões Hospitalares	13

III. INDICADORES DE QUALIDADE 17

A COMISSÃO ASSESSORA DE FARMÁCIA HOSPITALAR.....	17
LEGISLAÇÃO - FARMÁCIA HOSPITALAR	19
SUGESTÕES DE LEITURA.....	19
DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA INTERNET	22
SITES INTERESSANTES	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
ENDEREÇOS E TELEFONES	27

INTRODUÇÃO

A profissão farmacêutica pode ser considerada uma das mais antigas e fascinantes, tendo como princípio fundamental a melhoria da qualidade de vida da população. O farmacêutico deve nortear-se pela ética, apresentando-se como essencial para a sociedade, pois é a garantia do fornecimento de toda a informação voltada ao uso dos medicamentos.

No segmento hospitalar, no começo do século XX, a farmácia já se mostrava imprescindível ao funcionamento normal do hospital.

A partir de 1930, e de forma mais importante em meados de 1940, de modo crescente, acentuou-se a influência da indústria farmacêutica.

A partir de 1950, os serviços de farmácia hospitalar, representados na época pelas Santas Casas de Misericórdia e hospitais-escola, passaram a se desenvolver e a se modernizar. O professor Dr. José Sylvio Cimino, diretor do Serviço de Farmácia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, foi o farmacêutico que mais se destacou nesta fase, sendo, inclusive, autor da primeira publicação a respeito da farmácia hospitalar no país. De acordo com esta publicação e com a visão da época, o principal objetivo da farmácia hospitalar era produzir e distribuir medicamentos e produtos destinados à saúde às unidades requisitantes e servir ao hospital como órgão controlador da qualidade dos produtos.

“Unidade tecnicamente aparelhada para prover as clínicas e demais serviços dos medicamentos e produtos afins de que necessitam para normal funcionamento”.
(CIMINO, 1973)

Se até o início da década de 70, na Europa e nos Estados Unidos, os objetivos da farmácia eram restritos, ficando apenas na obrigatoriedade de distribuir produtos industrializados aos pacientes, no Brasil não era diferente, e o farmacêutico hospitalar tinha como função o fornecimento dos medicamentos e o controle dos psicotrópicos e entorpecentes.

As funções do farmacêutico hospitalar no Brasil estão definidas pela Resolução do CFF nº 492 de 26 de Novembro de 2008.

A Portaria do Ministério da Saúde 3916/98 criou a Política Nacional de Medicamentos, a Política Nacional de Saúde definiu as premissas e diretrizes, e ambas estabeleceram a reorientação da Assistência Farmacêutica voltando-se, fundamentalmente, à promoção do uso racional de medicamentos.

A farmácia é um setor do hospital que demanda elevados valores orçamentários, e o farmacêutico hospitalar deve estar habilitado a assumir atividades clínico-assistenciais (participação efetiva na equipe da saúde), contribuindo para a eficiência administrativa com consequente redução dos custos. Tem como principal função garantir a qualidade da assistência prestada ao paciente, por meio do uso racional dos medicamentos e produtos para saúde, adequando sua aplicação à saúde individual e coletiva, nos planos assistencial, preventivo, docente e investigativo.

Atualmente, as exigências para o farmacêutico hospitalar se aplicam também ao âmbito da Gestão deste setor como um todo. Percebe-se então que a amplitude de atuação deste profissional não é de forma nenhuma restrita a um único foco, seja ele técnico ou administrativo.

O perfil ético e a capacitação técnica deste profissional devem ser diferenciados, de modo que se garanta uma atuação de qualidade nos diversos setores hospitalares, com uma equipe multidisciplinar.

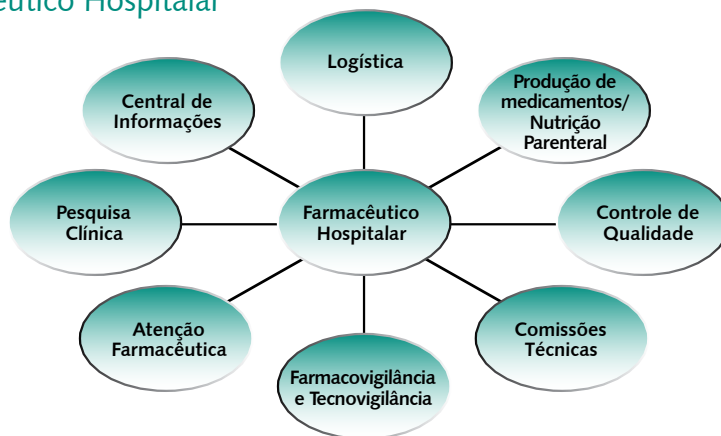
I. DEFINIÇÃO

I.a. Farmácia Hospitalar

O Serviço Farmacêutico Hospitalar é um departamento com autonomia técnica e científica, sendo a direção obrigatoriamente assegurada por um farmacêutico hospitalar, e constitui uma estrutura importante aos cuidados de saúde dispensados no meio hospitalar. É igualmente responsável pela orientação de pacientes internados e ambulatoriais, visando sempre à eficácia terapêutica, racionalização dos custos, o ensino e a pesquisa, propiciando assim um vasto campo de aprimoramento profissional.

I.b. Farmacêutico Hospitalar

Funções:



I.c. Regulamentação

A legislação que regulamenta o exercício profissional da Farmácia em Unidade Hospitalar é a Resolução do CFF nº 492, de 26 de Novembro de 2008. De acordo com esta resolução, “Farmácia hospitalar é uma unidade técnico-administrativa dirigida por um profissional farmacêutico, ligada funcional e hierarquicamente a todas as atividades hospitalares”.

II. O PROFISSIONAL (Perfil e Atribuições)

Em 1997, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou um documento denominado “The role of the pharmacist in the health care system” (“O papel do farmacêutico no sistema de atenção à saúde”) em que se destacaram 7 qualidades que o farmacêutico deve apresentar. Foi, então, chamado de farmacêutico 7 estrelas.

Este profissional 7 estrelas deve ser:

- ♦ Prestador de serviços farmacêuticos em uma equipe de saúde;
- ♦ Capaz de tomar decisões;
- ♦ Comunicador;
- ♦ Líder;
- ♦ Gerente;
- ♦ Atualizado permanentemente e
- ♦ Educador.

Perfil do Farmacêutico Hospitalar

O farmacêutico que deseja atuar em instituições hospitalares deve possuir formação em farmácia hospitalar, conhecimentos básicos de contabilidade e administração, habilidade para comandar e liderança, além de conhecer as ferramentas da qualidade total e possuir capacidade de atuar em Assistência Farmacêutica e Atenção Farmacêutica.

Estes pré-requisitos podem se estender a outras Instituições de Serviços de Saúde, como postos de saúde, ambulatórios, centros de diagnóstico, equipes de visita domiciliar e congêneres.

Assistência Farmacêutica

Caracteriza-se como um conjunto de ações relacionadas à dispensação de medicamentos, enfatizando a orientação com o objetivo de contribuir para o sucesso da terapêutica, em que o profissional torna-se co-responsável pela qualidade de vida do paciente. Sua ação envolve o abastecimento e o controle de medicamentos em todas as etapas do fluxo do medicamento (da aquisição à dispensação).

Suas principais atribuições são voltadas a:

- ♦ Organização e gestão: administra a seleção de medicamentos, aquisição, estocagem, sistemática de distribuição de medicamentos e produtos para saúde;
- ♦ Desenvolver farmacotécnica hospitalar;
- ♦ Controle de qualidade;
- ♦ Radiofármacos e
- ♦ Ensino e pesquisa.

Atenção Farmacêutica

É o conjunto de ações e serviços que visam assegurar a assistência integral, a promoção, a proteção e a recuperação da saúde nos estabelecimentos públicos ou privados, desempenhados pelo farmacêutico ou sob sua supervisão (Resolução nº 357/2001 do CFF).

- ♦ Participação nas equipes de suporte nutricional e quimioterapia;
- ♦ Farmácia clínica;
- ♦ Farmacovigilância/tecnovigilância;
- ♦ Ensaios clínicos;
- ♦ Radiofármacos e
- ♦ Ensino e pesquisa.

Atribuições

Principais atribuições do farmacêutico dentro das instituições hospitalares:

a) Planejamento, aquisição, armazenamento, distribuição e descarte de medicamentos e produtos para saúde:

O farmacêutico é o responsável legal por todo o fluxo do medicamento dentro da unidade hospitalar, tendo papel fundamental na seleção dos medicamentos (padronização) e na elaboração de normas e controles que garantam a sistemática da distribuição e a qualificação de fornecedores.



Fonte: Assistência farmacêutica para gerentes municipais

b) Manipulação de fórmulas magistrais e oficinais

O objetivo da manipulação de fórmulas magistrais e oficinais é proporcionar medicamentos com qualidade, adaptados à necessidade da população atendida, desenvolver fórmulas de medicamentos e produtos de interesse estratégico e/ou econômico, fracionar e/ou “reenvasar” medicamentos elaborados pela indústria farmacêutica, a fim de racionalizar sua utilização e distribuição e ainda preparar, diluir ou “reenvasar” germicidas necessários para realização de anti-sepsia, limpeza, desinfecção e esterilização.

c) Produção de medicamentos

A farmácia hospitalar de escala produtiva industrial deve cumprir com as Boas Práticas de Fabricação. A produção de medicamentos em alguns hospitais objetiva atender à demanda da instituição, e geralmente restringe-se aos órfãos terapêuticos.

d) Programa de capacitação e ensino

Toda farmácia hospitalar deve possuir programa de capacitação e educação permanente para os colaboradores.

O ensino ocorre pela realização de: estágios curriculares dos alunos do curso de farmácia ou especialização em farmácia hospitalar, palestras e cursos para equipe multidisciplinar, pacientes e público externo, entre outras atividades.

e) Gerenciamento de resíduos

O principal objetivo é minimizar a produção de resíduos e proporcionar um encaminhamento seguro dos resíduos, visando à proteção dos trabalhadores e a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente.

f) Pesquisa clínica

Qualquer investigação em seres humanos, objetivando descobrir ou verificar os efeitos farmacodinâmicos, farmacológicos, clínicos e/ou outros efeitos de produto(s) e/ou identificar reações adversas ao(s) produto(s) em investigação com o objetivo de averiguar sua segurança e/ou eficácia. Pesquisa clínica, ensaio clínico ou estudo clínico são termos utilizados para denominar um processo de investigação científica envolvendo seres humanos (LOUSANA, 2005).

g) Farmácia clínica

Segundo o Comitê de Farmácia Clínica da Associação Americana de Farmacêuticos Hospitalares, esta área pode ser definida como:

“A ciência da saúde cuja responsabilidade é assegurar, mediante aplicação de conhecimentos e funções, que o uso do medicamento seja seguro e apropriado, necessitando, portanto, de educação especializada e interpretação de dados, motivação pelo paciente e interação multiprofissional”.

h) Farmacovigilância

É a ciência das atividades relativas a detecção, avaliação, compreensão e prevenção de efeitos adversos ou quaisquer outros possíveis problemas relacionados a medicamentos (A importância da farmacovigilância, OMS, 2005).

i) Tecnovigilância

Trata-se do acompanhamento do uso de produtos para saúde e equipamentos médico-hospitalares, quanto a sua eficácia, adequação, uso e segurança. Entre as competências da tecnovigilância incluem-se:

- ♦ Monitorar, agregar e analisar as notificações de queixas técnicas e ocorrência de eventos adversos com suspeita de envolvimento de equipamentos, produtos de diagnósticos de uso *in vitro* e produtos para saúde em estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária;
- ♦ Fomentar estudos epidemiológicos que envolvam equipamentos, produtos para diagnósticos de uso *in vitro* e produtos para saúde e
- ♦ Identificar os equipamentos, produtos para diagnósticos de uso *in vitro* e produtos para saúde tecnologicamente obsoletos.

j) Farmacoeconomia

Análise e comparação de custos e consequências das terapias medicamentosas aos pacientes, sistemas de saúde e sociedade, com o objetivo de identificar produtos e serviços farmacêuticos cujas características possam conciliar as necessidades terapêuticas com as possibilidades de custeio. Propõe o trabalho integrado nas áreas clínica e administrativa.

K) Participação nas Comissões Hospitalares

Comissão de Farmácia e Terapêutica

- ◆ Participar na elaboração da política de medicamentos da instituição, incluindo seleção e dispensação;
- ◆ Estipular critérios para obtenção de medicamentos que não constem na padronização;
- ◆ Participar na elaboração de protocolos de tratamento elaborados por diferentes-serviços clínicos;
- ◆ Investigar a utilização de medicamentos na instituição;
- ◆ Avaliar Interações de Medicamentos quando aplicados via sondas enterais (fármacos x nutrientes);
- ◆ Elaborar um Guia de Aplicação de Medicamentos Via Sonda de Nutrição Enteral
- ◆ Participar ativamente da educação permanente dirigida à equipe de saúde e assessorar todas as atividades relacionadas à promoção do uso racional.

Comissão de licitação e parecer técnico

- ◆ Elaborar editais de compras e especificação técnica;
- ◆ Participar de licitações e aquisições por meio de avaliação técnica (serviços públicos) e
- ◆ Colaborar de forma decisiva na qualificação de fornecedores (serviços privados)

Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCHI)

- ◆ Participar da elaboração do guia de utilização de antimicrobianos e do manual de germicidas;
- ◆ Observar os indicadores de controle de infecção e sensibilidade dos antimicrobianos, consumo e taxa de letalidade;
- ◆ Monitorar as prescrições de antimicrobianos;
- ◆ Verificar a ocorrência de resistência antimicrobiana e estabelecer rotina de dispensação de antimicrobianos;
- ◆ Auxiliar no controle de custos;

- ♦ Promover estímulo à terapia sequencial;
- ♦ Elaborar relatórios de consumo e
- ♦ Realizar atividades de educação permanente da equipe de saúde.

Comissão de Ética e Pesquisa em Seres Humanos

- ♦ Emitir parecer ético sobre os projetos de pesquisa e
- ♦ Manter-se atualizado quanto às normas nacionais e internacionais relativas a ética em pesquisa, buscando conhecimento e aprimoramento contínuo sobre ensaios clínicos e legislações.

Comissão de Terapia Nutricional

- ♦ Preparar as nutrições parenterais;
- ♦ Garantir a qualidade das nutrições enterais;
- ♦ Auxiliar na avaliação do estado nutricional do paciente e
- ♦ Desenvolver e aplicar plano terapêutico.

Comissão de Terapia Antineoplásica

- ♦ Preparar os quimioterápicos e
- ♦ Atuar no suporte e farmacoterapia.

Comissão de avaliação de tecnologias (Tecnovigilância)

- ♦ Monitorar as notificações de queixas técnicas ligadas aos produtos para saúde e
- ♦ Acompanhar o desenvolvimento tecnológico ligado aos materiais de uso em saúde.

Comissão de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde

- ♦ Zelar pelo adequado gerenciamento dos resíduos resultantes das atividades técnicas desenvolvidas nos serviços de atendimento pré-hospitalares, na farmácia hospitalar e em outros serviços da saúde, atendendo as normas sanitárias e de saúde ocupacional.

Comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA)

- ◆ Prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatíveis permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

Comissão de educação permanente

- ◆ Exercer atividades de ensino, por meio de programas educacionais e de formação, contribuindo para o desenvolvimento de recursos humanos;
- ◆ Promover ações de educação para o uso racional de medicamentos, produtos para saúde e saneantes, aos membros da equipe de saúde;
- ◆ Oferecer informações educativas aos profissionais da saúde do hospital;
- ◆ Orientar e acompanhar, diretamente, os auxiliares na realização de atividades nos serviços de farmácia hospitalar, treinando-os e capacitando-os para tal e
- ◆ Articular parcerias interinstitucionais, acadêmicas e comunitárias

Comissão de riscos hospitalares (Farmacovigilância)

- ◆ Desenvolver ações de gerenciamento de riscos hospitalares, como detecção de reações adversas a medicamentos; queixas técnicas; problemas com produtos para saúde, saneantes, kits diagnósticos e equipamentos.

III. INDICADORES DE QUALIDADE

Segundo a Organização Mundial da Saúde (1981), indicadores são variáveis que ajudam na mensuração de mudanças, utilizados quando estas não podem ser medidas diretamente; são medições parciais ou indiretas de uma situação complexa. Quando monitoradas sistematicamente ao longo do tempo, podem indicar direção e velocidade destas mudanças (FERREIRA, 2002; CIPRIANO, 2004).

O monitoramento por meio de indicadores é um método de garantia da qualidade que permite instaurar a melhoria contínua, mediante comprovação regular da situação de um processo e de como se está produzindo um bem ou serviço, com a consequente aplicação das medidas de melhoria necessárias para assegurar sua qualidade. O acompanhamento dos indicadores tem como objetivo o direcionamento a ações corretivas (CIPRIANO, 2004).

Um indicador deve ser gerado com base nos seguintes critérios:

- ◆ Identificar os fatores críticos de sucesso;
- ◆ Ter embasamento em procedimentos;
- ◆ Ser de fácil compreensão;
- ◆ Ser de formulação simples;
- ◆ Ser representativo estatisticamente;
- ◆ Ter estabilidade e rastreabilidade e
- ◆ Permitir a comparação com referências.

A COMISSÃO ASSESSORA DE FARMÁCIA HOSPITALAR

A Comissão Assessora de Farmácia Hospitalar do CRF-SP iniciou seus trabalhos em 20/05/98 com a finalidade de valorizar o farmacêutico na área hospitalar e contribuir para sua capacitação, além de servir como fórum para discussões e opiniões para a categoria dos farmacêuticos hospitalares. Reúne, entre seus membros, desde iniciantes na categoria hospitalar, até profissionais de expressão no segmento.

Objetivos da Comissão de Farmácia Hospitalar

Assessorar a diretoria do Conselho em assuntos que exijam conhecimentos específicos, pela discussão dos temas propostos e emissão de pareceres.

Espaço para que os farmacêuticos que atuam dentro de um determinado segmento do âmbito profissional possam expor e debater temas de interesse comum e propor ações ao CRF-SP, bem como trocar informações.

A participação nas reuniões é aberta aos farmacêuticos que atuam nas áreas abrangidas pela Comissão, mediante confirmação prévia de presença junto à secretaria do Conselho. Uma vez que o farmacêutico manifeste interesse em inscrever-se como integrante da Comissão, seu nome deve ser aprovado e homologado em Reunião Plenária do CRF-SP.

Coordenador, vice-coordenadores e membros da Comissão de Farmácia Hospitalar participam dos trabalhos de forma voluntária e não remunerada.

Atuação junto ao corpo de fiscais do CRF-SP, visando a capacitá-los para efetuar inspeção técnica adequada e proporcionar orientação aos profissionais da área. Elaborar e encaminhar, aos órgãos competentes, propostas para normatização da área de Farmácia Hospitalar.

LEGISLAÇÃO - FARMÁCIA HOSPITALAR

◆ Para consulta, acesse os sites:

Anvisa: www.anvisa.gov.br

Conselho Federal de Farmácia: www.cff.org.br

Ministério da Saúde: www.saude.gov.br

- ◆ **Lei nº 5991/73** – Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, horário do farmacêutico, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências.
- ◆ **Lei nº 8666/93** – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Os farmacêuticos, servidores públicos federais, estaduais ou municipais, atuando em qualquer área que envolva a utilização de dinheiro público, devem conhecer as determinações desta lei, sob pena de incorrer nas penas previstas, que prevêm detenção e multa.
- ◆ **Portaria ANVISA nº 272/98** – Aprova o Regulamento Técnico para fixar os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Parenteral.
- ◆ **Portaria MS nº 2616/98** – Controle de Infecção Hospitalar.
- ◆ **Portaria MS nº 3535/98** – Estabelece critérios para cadastramento de centros de atendimentos em oncologia.
- ◆ **Portaria MTE nº 485/05** – Aprova NR 32 – Segurança e saúde no trabalho em estabelecimentos de saúde.
- ◆ **Portaria SAS/MS nº 1017/02** – Estabelece que as Farmácias Hospitalares integrantes do SUS devam estar sob a responsabilidade do farmacêutico.
- ◆ **Portaria SVS/MS nº 344/98** – Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.
- ◆ **RDC ANVISA nº 33/00** – Aprova o Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação em Farmácias (BPMF) e seus anexos.

- ◆ **RDC ANVISA nº 45/03** – Dispõe sobre Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Utilização de Soluções Parenterais em Serviços de Saúde
- ◆ **RDC ANVISA nº 50/02** – Dispõe sobre Regulamento Técnico para projetos físicos em estabelecimentos assistenciais de saúde.
- ◆ **RDC ANVISA nº 67/07** – Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.
- ◆ **RDC nº 80/06** – Dispõe sobre o fracionamento de medicamentos em farmácias e drogarias.
- ◆ **RDC ANVISA nº 220/04** – Aprova o Regulamento Técnico de funcionamento dos serviços de terapia antineoplásica.
- ◆ **RDC ANVISA nº 306/04** – Dispõe sobre Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde.
- ◆ **Resolução ANVISA nº 358/05** – Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
- ◆ **Resolução CFF nº 288/96** – Dispõe sobre a competência legal para o exercício da manipulação de drogas antineoplásicas pelos farmacêuticos.
- ◆ **Resolução CFF nº 292/96** – Ratifica competência legal para o exercício da atividade de Nutrição Parenteral e Enteral e revoga a Resolução 247/93.
- ◆ **Resolução CFF nº 354/00** – Dispõe sobre a assistência farmacêutica em atendimento pré-hospitalar e as urgências/emergências.
- ◆ **Resolução CFF nº 486/08** – Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na área de radiofarmácia e dá outras providências.
- ◆ **Resolução CFF nº 492/08** – Regulamenta o exercício profissional, nos serviços de atendimento pré-hospitalar, na farmácia hospitalar e em outros serviços de saúde, de natureza pública ou privada.

SUGESTÕES DE LEITURA

- ◆ A Prática Farmacêutica no Ambiente Hospitalar: do Planejamento à Realização. Ferracini, F. T., Filho, M. B. Ed. Atheneu, São Paulo, 2005.
- ◆ As Bases Farmacológicas da Terapêutica. Goodman & Gilman, 11ª ed. Ed. McGraw-Hill, Rio de Janeiro, 2006.
- ◆ Ciências Farmacêuticas: Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Storpirtis, S. Mori, A. L., P. M., Yochiv, A., Ribeiro, E., Porta, V. Ed. Guanabara. Rio de Janeiro, 2008.
- ◆ Ciências Farmacêuticas: Uma abordagem em Farmácia Hospitalar. Gomes, M. J. V. M.; Reis, A. M.; Ed. Atheneu. Rio de Janeiro, 2001.
- ◆ Farmácia Hospitalar e suas interfaces com a saúde. Neto, J. F. M. Ed. Neto, J. F. M. Ed. RX, São Paulo, 2005.
- ◆ Farmácia Hospitalar: Um enfoque em sistemas de saúde. Cavallini, M. E., Bisson, M. P. Ed. Manole, São Paulo, 2002.
- ◆ Gestão de Farmácia Hospitalar. Santos, G. A. A. Ed. SENAC, São Paulo, 2006.
- ◆ Gestão Estratégica em Farmácia Hospitalar. Aplicação prática de um Modelo de Gestão para qualidade. Cipriano, S. L., Pinto, V. B., Chaves, C. E. Ed. Atheneu. São Paulo, 2009.
- ◆ Guia Farmacoterapêutico HC 2008 – 2010. Cipriano, S. L., Junior, J. O. C. A., Cunha, G. W. B. et al. 4ª ed. Ed. Artes Médicas. São Paulo, 2008.
- ◆ Guia para Notificação de Reações Adversas em Oncologia, Sociedade Brasileira de Farmacêuticos em Oncologia – SOBRAFO / Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Belo Horizonte, 2007.
- ◆ Handbook on injectable drugs. Trissel, L. A. Bethesda: American Society of Health System Pharmacists, 2007.
- ◆ Manual de cálculos farmacêuticos. Ansel, H. C., Prince, S. J. Ed. Artmed, Porto Alegre, 2005.
- ◆ Padrões Mínimos para Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde, Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar - SBRAFH, Goiânia, 2007.

DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA INTERNET

- ♦ A importância da Farmacovigilância: Monitorização da segurança dos Medicamentos. Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. Disponível em: <www.anvisa.gov.br/farmacovigilancia/trabalhos/traduzir.htm>.
- ♦ Cartilha para pacientes “Saiba mais sobre seus Medicamentos” HCFMUSP. Divisão de Farmácia - Assistência Farmacêutica Ambulatorial. Disponível em: <<http://www.hcnet.usp.br/publicacoes/Cartilha%20Saiba%20mais%20sobre%20seus%20Medicamentos%20.pdf>>.
- ♦ Comitês de farmacoterapia - Guia prática; Organización Mundial de la Salud. Disponível em: <<http://apps.who.int/medicinedocs/collect/medicinedocs/pdf/s8121s/s8121s.pdf>>
- ♦ Consenso Brasileiro de Atenção Farmacêutica. Atenção Farmacêutica no Brasil: Trilhando Caminhos. Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS / Ministério da Saúde – MS. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PropostaConsensoAtenfar.pdf>.
- ♦ “Fundamentos Farmacológicos - Clínicos dos Medicamentos de Uso Corrente”. Livro eletrônico. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Disponível em: <www.anvisa.gov.br/farmacovigilancia/trabalhos/livro.htm>.
- ♦ Libros de Farmacia Hospitalaria – SEFH. Sociedad Española de Farmacia Hospitalaria. Disponível em: <<http://www.sefh.es/>>.
- ♦ Manual de Orientação sobre prescrições de substâncias / Medicamentos sujeitos a controle especial. Centro de Vigilância Sanitária (CVS-SP). Disponível em: <www.cvs.saude.sp.gov.br/publ_inf.asp>.

- ◆ O Papel do Farmacêutico no Sistema de Atenção à Saúde. Boas Práticas em Farmácia (BPF), em ambientes comunitários e hospitalares. Conselho Federal de Farmácia - CFF/Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. Disponível em: < http://www.opas.org.br/medicamentos/site/UploadArq/HSE_PFS_BPF_1004.pdf>
- ◆ Perguntas mais frequentes sobre medicamentos. Secretaria Municipal de Saúde da Cidade de São Paulo. Disponível em: <portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/saude/vigilancia_saude/medic_prod/0014>
- ◆ Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica: Assistência Farmacêutica para Gerentes Municipais – Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. Disponível em: <www.opas.org.br/medicamentos/temas_documentos_detalhe.cfm?id=39&iddoc=252>
- ◆ Programa “Medicamentos de Dispensação Excepcional” - Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. Disponível em: <portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=25271>
- ◆ Relatório Anual de Atividades do HCFMUSP. Guia de Boas Práticas de Fornecedores de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos HCFMUSP. Disponível em: < http://www.hcnet.usp.br/publicacoes/Guia_Boas%20Praticas%20Fornecedores_4%20Ed_2009.pdf>

SITES INTERESSANTES

Orgãos Oficiais

Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária – www.anvisa.gov.br

CFF – Conselho Federal de Farmácia – www.cff.org.br

CFM – Conselho Federal de Medicina – www.cfm.org.br

CRF-SP – Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – www.crfsp.org.br

DOU – Diário Oficial da União – www.in.gov.br

FDA – Food and Drug Administration – www.fda.gov

FENAFAR – Federação Nacional dos Farmacêuticos – www.fenafar.org.br

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz – www.fiocruz.br

FIP – International Pharmaceutical Federation – www.fip.nl

OF – Ordem dos Farmacêuticos – www.ordemfarmaceuticos.pt

SINFAR – Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo – www.sinfar.org.br

Associações e Entidades:

ABRASCO – Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – www.abrasco.org.br

ANF – Associação Nacional dos Farmacêuticos – www.anf.pt

ANFARMAG – Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais – www.anfarmag.com.br

APHANET – American Pharmacists Association – www.aphanet.org

ASHP – American Society of Health-System Pharmacists – www.ashp.com

IACP – International Academy of Compounding Pharmacists – www.iacprx.org

INFARMED – Instituto Nacional de Farmácia e do Medicamento – www.infarmed.pt

ONA – Organização Nacional de Acreditação – www.ona.org.br

OPAS – Organização Pan-americana de Saúde – www.opas.org.br

SBFTE – Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental – www.sbfte.org.br

SBRAFh – Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde – www.sbrafh.org.br

SOBRAFO – Sociedade Brasileira de Farmacêuticos em Oncologia – www.sobrafo.org.br

SOBRAVIME – Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos – www.sobravime.org.br

USP – United States Pharmacopeia – www.usp.org

Farmácia Hospitalar:

ASPEN – American Society for Parenteral and Enteral Nutrition – www.clinnutr.org

Kansas University Medical Center - Home Care na Internet – www.kumc.edu/hospital/huntingtons

Pesquisa Clínica e Informações sobre Medicamentos:

Atención Farmacêutica – www.farmclin.com

A-Z Drug Listining – www.nursespdr.com/members/database/ndrhtml/druglist.html

BOSTON UNIVERSITY MEDICAL CAMPUS – Pharmacology Glossary

www.bumc.bu.edu/www/busm/pharmacology/Programmed/framedGlossary.html

BVS – BIREME – Biblioteca Virtual em Saúde - www.bireme.br

DPD – Search – www.hc-sc.gc.ca/hpb/drugs-dpd/searcheng.html

DRUG INFONET – www.druginfonet.com

Farmácia Hospitalar – www.farmaciahospitalar.com

INFOMED DRUG GUIDE – www.infomed.org/100drugs/index.html

ISAP – Pharmacology Information – www.horsetooth.com/ISAP/welcome.html

MAYO FOUNDATION FOR MEDICAL EDUCATION AND RESEARCH – USP Drug by Trade and

Generics Names Database – www.mayohealth.org/usp/di/uspA-AM.htm

Medicamentos Genéricos – Anvisa – <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/genericos/index.htm>

MEDICINE BOX – www.medicinebox.com

MEDICINE NET – www.medicinenet.com

MEDLINE PLUS – Encyclopedia Disease Reference – medlineplus.adam.com

THOMSON – MICROMEDEX® – www.micromedex.com

MINISTÉRIO DA SAÚDE – www.saude.gov.br

PDA – Parenteral Drug Association – www.pda.org

Pharmacy Website – www.pharmweb.net

RX LIST – www.rxlist.com

RX MED – Monographs - www.rxmed.com

Vademecum – www.cff.org.br/vademecum.html

Washington State University – História da Farmácia – www.pharmacy.wsu.edu/History/index.html

WHO Collaborating Centre for Drug Statistics Methodology – www.whooc.no/atcddd/

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASILE, R. P. *A importância da assistência farmacêutica*. Disponível em: <www.geocities.com/basile_farmacologia/assistenciafarmaceutica.html>

BISSON, M. P. *Farmácia Clínica & Atenção Farmacêutica*. 2ª Ed., Editora Manole. São Paulo, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Coordenação de Controle de Infecção Hospitalar*. Guia Básico para a farmácia hospitalar. Brasília, 1994.

CAVALLINI, M. E.; BISSON, M. P. *Farmácia Hospitalar. Um enfoque em sistemas de saúde*. Ed. Manole. São Paulo, 2002.

CIMINO, J. S. *Iniciação à Farmácia Hospitalar*. Ed. Artpress. São Paulo, 1973.

CIPRIANO, S. L. *Proposta de um conjunto de indicadores para utilização na Farmácia Hospitalar com foco na acreditação hospitalar*. Tese apresentada à Universidade de São Paulo para obtenção do grau de Mestre. Faculdade de Saúde Pública. Fonte: Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública, São Paulo; s.n; 2004.

FERREIRA, D. P. *Indicadores em Saúde: Construção e Uso*. In: Cianciarullo T. I., Cornetta V. K., coordenadoras. *Saúde, Desenvolvimento e Globalização: um desafio para os gestores do terceiro milênio*. São Paulo: Ícone; 2002, p. 259-70.

GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. *Ciências Farmacêuticas - Uma Abordagem em Farmácia Hospitalar*. Ed. Atheneu. São Paulo, 2003.

HOSPITAL GERAL ASSESSORIA COMERCIAL LTDA. *Farmácia Hospitalar*. Disponível em: <www.hospitalgeral.com.br>. Acesso em: 23/07/2009.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. *Informativo Profissional – Infarma*. Vol. 13. nº 9/10, 2001.

LOUSANA G. *Pesquisa Clínica no Brasil*. Ed. Revinter. Rio de Janeiro, 2005.

MAIA N., JULIO F. *Farmácia Hospitalar – e suas interfaces com a Saúde*. 1ª edição. Rx Editora.

ORDEM DOS FARMACÊUTICOS, Portugal. Disponível em: <www.ordemfarmaceuticos.pt>.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. *Resolução nº 492, de 2008*. Regulamenta o exercício profissional, nos serviços de atendimento pré-hospitalar, na farmácia hospitalar e em outros serviços de saúde, de natureza pública ou privada.

SANTOS, G. A. A. *Gestão de Farmácia Hospitalar*. Ed. Senac. São Paulo, 2006.

ENDEREÇOS E TELEFONES

www.crfsp.org.br

SEDE

Rua Capote Valente, 487 - Jd. América
São Paulo - SP - CEP 05409-001
Tel.: (11) 3067.1450
www.crfsp.org.br

SUBSEDE NORTE

Rua Duarte de Azevedo, 448 – 1º andar – cj 12
Edifício Brasília Professional Center – Santana
São Paulo – SP – CEP 02036-021
Tel.: 2283-0300 / Fax: 2978-4990

SECCIONAIS

Araçatuba: Tel.: (18) 3624-8143
Araraquara: Tel.: (16) 3336.2735 / (16) 3336.6929
Barretos: Tel.: (17) 3323.6918
Bauru: Tel.: (14) 3224.1884 / Fax: (14) 3234.2079
Bragança Paulista: Tel.: (11) 4032.8617
Campinas: Tel.: (19) 3251.8541
(19) 3252.4490 / Fax: (19) 3255.8608
Fernandópolis: Tel.: (17) 3462.5856
Fax: (17) 3462.7944
Franca: Tel./Fax: (16) 3721.7989
Guarulhos: Tel.: (11) 6468.1501
Jundiaí: Tel.: (11) 4586.6065
Marília: Tel.: (14) 3422.4277 (14) 3422.4398

SUBSEDE LESTE

Rua Tuiuti, 2009 – 2º andar - sala 21 - Tatuapé
São Paulo - SP - CEP 03307-000
Tel.: (11) 2192.4187 / Fax: (11) 2193.3843

SUBSEDE SUL

Rua Américo Brasiliense, 2171 – 3º andar – Cj 306
Edifício Master Tower – Alto da Boa Vista
São Paulo – SP - CEP: 04715-005
Tel.: 5181-2770 / Fax: 5181-2374

Mogi das Cruzes: Tel.: (11) 4726.5484
Osasco: Tel.: (11) 3682.2850 Fax: (11) 3685.9063
Piracicaba: Tel.: (19) 3434.9591
Presidente Prudente: Tel.: (18) 3223.5893
(18) 3916.1193 Fax: (18) 3916.1192
Registro: Tel.: (13) 3822.1979
Ribeirão Preto: Tel.: (16) 3911.9016 (16) 3911.5054
Santo André: Tel.: (11) 4437.1991
Santos: Tel.: (13) 3233.5566 Fax: (13) 3221.6781
São João da Boa Vista: Tel.: (19) 3631.0441
São José dos Campos: Tel.: (12) 3921.4644
São José do Rio Preto: Tel./Fax: (17) 3234.4043
Sorocaba: Tel.: (15) 3233-8130



Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Sede: Rua Capote Valente, 487 - Jardim América - São Paulo-SP - CEP 05409-001

Fone (11) 3067.1450 – www.crfsp.org.br